

RELATÓRIO DE GESTÃO

2024

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	Fundação Dr. Francisco Cruz
Morada	Rua Dr. Francisco Cruz
Código postal	2260-226 Praia do Ribatejo
Localidade	Praia do Ribatejo - Vila Nova da Barquinha

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	500122229
Classificação de atividade económica (CAE)	87301
Conservatória	Vila Nova da Barquinha

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

Vem o Conselho de Administração da Fundação Dr. Francisco Cruz, apresentar o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. Administração

Iniciou funções em 5 de Junho de 2018 o Conselho de Administração, formada por:

Maria Manuela de Jesus Inácio Maia Aranha;
Adelino dos Santos Amaral;
Miguel Lopes Ascensão;
Ana Maria Santarém da Cruz Portela Moreira;
José Augusto Martinha Anacleto Pimenta.

1.2. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/24	31/dez/23	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	76 079	79 883	-3 804	-4,76%
Fornecimentos e serviços externos	257 601	247 819	9 782	3,95%
Gastos com o pessoal	638 851	569 341	69 510	12,21%
Gastos de depreciação e de amortização	19 883	19 494	389	1,99%
Perdas por imparidade	0	0	0	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	572	847	-275	-32,50%
Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	100,00%
TOTAL	992 985	917 385	75 601	8,24%

1.3. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/24	31/dez/23	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0,00%
Prestações de serviços	890 114	850 925	39 190	4,61%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios, doações e legados à exploração	6 487	7 230	-743	-10,28%
Reversões	0	0	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	24 263	13 927	10 336	74,21%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0,00%
TOTAL	920 865	872 082	48 782	5,59%

Foram concedidos à Fundação os seguintes subsídios, doações e legados à exploração:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS A EXPLORAÇÃO	31/dez/24	31/dez/23
ISS, IP Centro distrital de Santarém - Acordos de cooperação	-	-
IEFP - Estágios	-	-
POPH - Formação	-	-
Outros subsídios	-	-
Donativos	6 487	7 230
TOTAL	6 487	7 230

1.4. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/24	31/dez/23	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-52 238	-25 808	-26 430	-102,41%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-72 121	-45 302	-26 818	-59,20%
Resultado financeiro	0	0	0	0,00%
Resultado antes de impostos	-72 121	-45 302	-26 818	-59,20%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0,00%
Resultado líquido do período	-72 121	-45 302	-26 818	-59,20%

1.5. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31/dez/24	31/dez/23	Δ Valor	Δ %
Fundos	261 506	261 506	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0,00%
Reservas	0	0	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	487 170	532 472	-45 302	-8,51%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	9 767	10 829	-1 062	-9,80%
Resultado líquido do período	-72 121	-45 302	-26 818	-59,20%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A atividade terá um incremento em virtude da atualização das mensalidades dos utentes da "Estrutura Residencial para Idosos" e do aumento das comparticipações do ISS.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização**4.1. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:**

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/24	31/dez/23
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo Patrimonial	0,24	0,21
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	5,21	5,83
Solvabilidade	Fundo Patrimonial/ Passivo total	4,21	4,83
Autonomia financeira	Fundo Patrimonial / Ativo Líquido	1,74	1,64

4.2. A análise da liquidez (equilíbrio financeiro) é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/24	31/dez/23
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	2,64	3,10
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	2,63	3,09
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	2,42	2,93

5. Dívidas à Administração Fiscal, à Segurança Social e a outras entidades

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública. Quanto às entidades privadas estão a ser cumpridos os prazos de pagamento.

**6. Estrutura do quadro de pessoal**

ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL	31/dez/24	31/dez/23
Contratos a termo	8	7
Contratos sem termo	35	35
TOTAL	43	42

7. Despesas com pessoal e administração

As despesas com pessoal e administração, face ao rendimento global, apresentam a seguinte relação:

Fórmula	31/dez/24	31/dez/23
Despesas com pessoal e administração / Rendimentos anuais	0,69	0,65

8. Alienação de bens que integram o património inicial da Fundação

Não foi efetuada qualquer alienação de bens que integram o património inicial da Fundação.

9. Aplicação de resultados

Face ao exposto anteriormente, o conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício de 72.120,57 € negativos (setenta e dois mil, cento e vinte euros e cinquenta e sete cêntimos) seja concretizado em resultados transitados.

10. Considerações Finais

Existiram condicionalismos nacionais de que são exemplo: a redução de rendimentos das pessoas, o crescimento dos custos com pessoal em virtude do aumento do ordenado mínimo e o aumento generalizado da inflação.

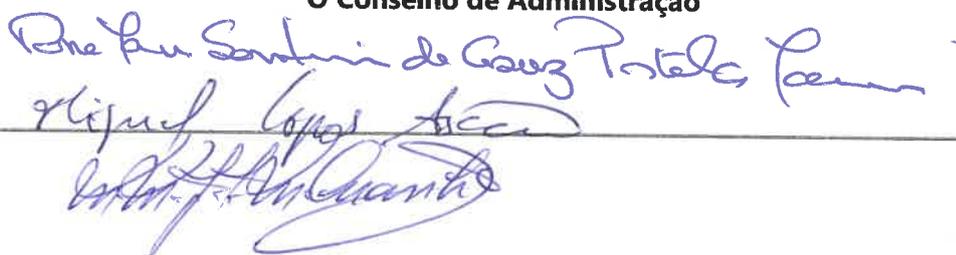
No decorrer deste ano o Conselho de Administração procurou fazer uma gestão rigorosa e cuidada de acordo com o cumprimento dos estatutos e testamento do fundador.

11. Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a colaboração prestada por todos os funcionários e demais parceiros que com ela se relacionaram.

Praia do Ribatejo, 9 de maio de 2025

O Conselho de Administração



A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco Cruz', with a stylized flourish below it.

FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ

Anexo

2024



Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

•	Balço Individual em 31 de dezembro de 2024	4
•	Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2024	5
•	Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2024	6
•	Anexo	
1	Identificação da Entidade.....	7
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	7
3.1	Bases de Apresentação	8
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	13
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6	Propriedades de Investimento	14
7	Outros Ativos Financeiros	14
8	Inventários	15
9	Clientes e Utentes	15
10	Estado e Outros Entes Públicos.....	16
11	Outras contas a receber	16
12	Diferimentos	16
13	Caixa e Depósitos Bancários	17
14	Subsídios doações e legados à exploração	17
15	Outras contas a pagar	17
16	Fornecedores	17
17	Vendas e prestação de serviços	18
18	Fornecimentos e serviços Externos.....	18
19	Gastos com pessoal.....	18
20	Outros rendimentos e ganhos	19
21	Outros gastos e perdas	19
22	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19
23	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	19
24	Acontecimentos após data de Balço	20



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Alfonso" or similar, with a checkmark below it.

Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

Fundação Dr. Francisco Cruz
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.24	31.Dez.23
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	412 043,85	412 043,85
Propriedades de investimento	5	8 514,93	8 514,93
Outros activos financeiros	11	8 806,18	8 806,18
Activos por impostos diferidos	12	-	-
Total dos Activos Não Correntes		<u>429 364,96</u>	<u>429 364,96</u>
Inventários	13	1 212,28	1 212,28
Cientes	14	14 899,74	14 899,74
Estado e outros entes públicos	16	1 498,93	1 498,93
Outras contas a receber	17	8 313,01	8 313,01
Diferimentos	18	884,21	884,21
Activos financeiros detidos para negociação	19	-	-
Caixa e depósitos bancários	22	460 646,27	460 646,27
Total dos Activos Correntes		<u>487 454,44</u>	<u>487 454,44</u>
		<u>916 819,40</u>	<u>916 819,40</u>
Fundo Patrimonial			
Fundos	23	261 505,79	261 505,79
Resultados transitados	26	487 169,67	532 471,89
Outras variações nos fundos patrimoniais	28	9 767,21	10 828,90
Resultado líquido do exercício		<u>(72 120,57)</u>	<u>(45 302,22)</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>686 322,10</u>	<u>759 504,36</u>
Passivo			
Financiamentos obtidos	30	-	-
Total dos Passivos Não Correntes		<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores	32	24 847,48	24 201,37
Adiantamento de clientes	33	20 995,17	15 834,92
Estado e outros entes públicos	16	15 890,99	14 053,94
Outras contas a pagar	34	98 678,58	90 439,07
Diferimentos	28	2 450,91	12 785,74
Total dos Passivos Correntes		<u>162 863,13</u>	<u>157 315,04</u>
Total do Passivo		<u>162 863,13</u>	<u>157 315,04</u>
		<u>849 185,23</u>	<u>916 819,40</u>

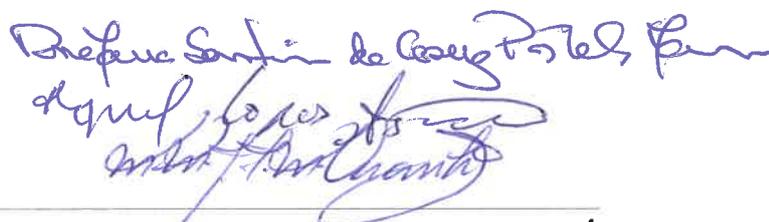
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2024

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Fundação Dr. Francisco Cruz

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.24	31.Dez.23
Prestação de serviços	35	890 114,33	850 924,79
Subsídios à exploração	36	6 487,43	7 230,38
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(76 079,30)	(79 883,06)
Fornecimentos e serviços externos	41	(257 600,99)	(247 819,47)
Gastos com o pessoal	42	(638 850,54)	(569 340,92)
Outros rendimentos e ganhos	45	24 263,01	13 927,17
Outros gastos e perdas	46	(571,52)	(846,74)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(52 237,58)	(25 807,85)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	(19 882,99)	(19 494,37)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	48	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(72 120,57)	(45 302,22)
Resultado antes de impostos		(72 120,57)	(45 302,22)
Resultado líquido do período		(72 120,57)	(45 302,22)

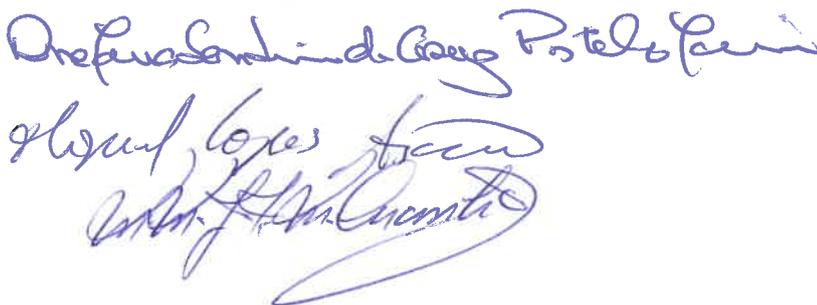
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2024

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Fundação Dr. Francisco Cruz
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.24</u>	<u>31.Dez.23</u>
<i>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</i>			
Recebimentos de clientes e utentes		893 212,45	860 489,68
Pagamentos a fornecedores		(331 831,35)	(326 809,46)
Pagamentos ao pessoal		(631 667,67)	(569 920,75)
Caixa gerada pelas operações		<u>(70 286,57)</u>	<u>(36 240,53)</u>
Outros recebimentos/pagamentos		(7 707,81)	(39 574,10)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>(77 994,38)</u>	<u>(75 814,63)</u>
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		10 062,88	18 727,37
		<u>10 062,88</u>	<u>18 727,37</u>
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		426,43	176,45
		<u>426,43</u>	<u>176,45</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>10 489,31</u>	<u>18 903,82</u>
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</i>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>-</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(67 505,07)</u>	<u>(56 910,81)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>460 646,27</u>	<u>517 557,09</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>393 537,44</u>	<u>460 646,27</u>

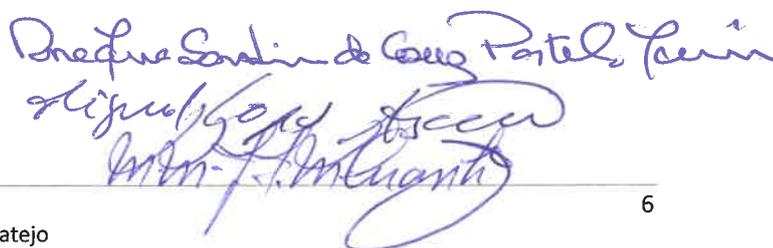
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2024

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



1 Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ” é uma instituição particular sem fins lucrativos, fundação de solidariedade social, criada no cumprimento de disposição testamentária de Dr. Francisco Cruz, elaborada e aprovada em 17 de novembro de 1962 no 2º Cartório da Secretaria Notarial de Évora, com sede em Rua Dr. Francisco da Cruz, 2260 – 226 Praia do Ribatejo. NIF 500122229. Desenvolve a sua atividade nas seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

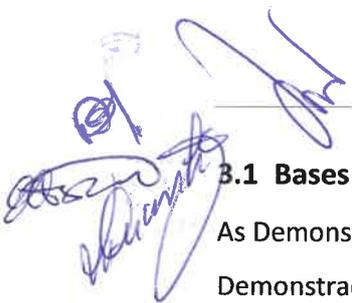
- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 julho;
- NCRF-ESNL – Portaria N. 218/2015 de 23 julho;

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

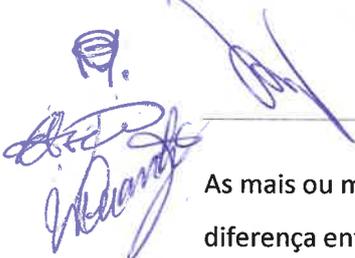
3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Al. 16
Al. 16
Al. 16
Al. 16

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

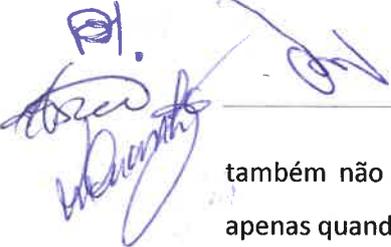
Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir efluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes



também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor – Autoridade Tributária e Aduaneiras, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	31 de Dezembro de 2024					
	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-24
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	84 179,79	-	-	-	-	84 179,79
Edifícios e outras construções	608 538,38	1 806,30	-	-	-	610 344,68
Equipamento básico	150 369,05	-	-	-	-	150 369,05
Equipamento de transporte	66 524,19	-	-	-	-	66 524,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	178 066,43	-	-	-	-	178 066,43
Outros activos fixos tangíveis	33 176,65	8 256,58	-	-	-	41 433,23
Investimentos em curso	3 356,84	-	-	-	-	3 356,84
	<u>1 124 211,33</u>	<u>10 062,88</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 134 274,21</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	307 018,32	13 514,84	-	-	-	320 533,16
Equipamento básico	139 004,57	3 331,95	-	-	-	142 336,52
Equipamento de transporte	66 524,16	-	-	-	-	66 524,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	174 849,88	1 033,59	-	-	-	175 883,47
Outros activos fixos tangíveis	24 770,55	2 002,61	-	-	-	26 773,16
	<u>712 167,48</u>	<u>19 882,99</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>732 050,47</u>

	31 de Dezembro de 2023					
	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-23
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	84 179,79	-	-	-	-	84 179,79
Edifícios e outras construções	603 325,75	5 212,63	-	-	-	608 538,38
Equipamento básico	144 738,62	5 630,43	-	-	-	150 369,05
Equipamento de transporte	66 524,19	-	-	-	-	66 524,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	177 697,44	368,99	-	-	-	178 066,43
Outros activos fixos tangíveis	28 573,07	4 603,58	-	-	-	33 176,65
Investimentos em curso	3 356,84	-	-	-	-	3 356,84
	<u>1 108 395,70</u>	<u>15 815,63</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 124 211,33</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	293 539,61	13 478,71	-	-	-	307 018,32
Equipamento básico	135 609,36	3 395,21	-	-	-	139 004,57
Equipamento de transporte	66 524,16	-	-	-	-	66 524,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	173 309,15	1 540,73	-	-	-	174 849,88
Outros activos fixos tangíveis	23 690,83	1 079,72	-	-	-	24 770,55
	<u>692 673,11</u>	<u>19 494,37</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>712 167,48</u>

6 Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2024 e 2023, foram os seguintes:

	31 de Dezembro de 2024					
	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-24
Propriedade investimento - Terrenos	8 515	-	-	-	-	8 515
Propriedade investimento - Edifícios	467	-	-	-	-	467
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467)	-	-	-	-	(467)
	<u>8 515</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 515</u>

	31 de Dezembro de 2023					
	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-23
Propriedade investimento - Terrenos	8 515	-	-	-	-	8 515
Propriedade investimento - Edifícios	467	-	-	-	-	467
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467)	-	-	-	-	(467)
	<u>8 515</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 515</u>

7 Outros Ativos Financeiros

Esta rubrica inclui, os depósitos no Fundo de Reestruturação do Sector Solidário e os depósitos no Fundo Compensação do Trabalho.

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-Dez-24		31-Dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo - FRSS	-	-	-	-
FCT	8 806	-	8 806	-
(...)	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
	8 806	-	8 806	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	8 806	-	8 806	-

atrasado quanto

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 202 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Mercadorias	-	-
Materias primas subsidiárias e de consumo	1 903	1 212
Produtos acabados	-	-
Obras em curso	-	-
	1 903	1 212
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	1 903	1 212

9 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

	31-Dez-24		31-Dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	19 644	-	15 193
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	19 644	-	15 193
Adiantamentos de utentes	-	(20 995)	-	(13 623)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69)	-	(177)
	-	(1 420)	-	1 393

10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

	<u>31-Dez-24</u>	<u>31-Dez-23</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 489	1 263
Outros impostos e taxas	236	236
	<u>1 725</u>	<u>1 499</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	113	113
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1 956	2 098
Segurança Social	13 822	11 843
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>15 891</u>	<u>14 054</u>

11 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-24</u>		<u>31-Dez-23</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	254	-	800
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	10 674	-	7 488
Outros	-	718	-	25
	-	<u>11 646</u>	-	<u>8 313</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>11 646</u>	-	<u>8 313</u>

12 Diferimentos

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	<u>31-Dez-24</u>	<u>31-Dez-23</u>
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	1 361	884
	<u>1 361</u>	<u>884</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	2 451	12 786
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>2 451</u>	<u>12 786</u>

13 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-24</u>	<u>31-Dez-23</u>
Caixa	3 850	3 938
Depósitos à ordem	136 687	129 008
Depósitos à prazo (i)	253 000	327 700
(...)	-	-
Outras	-	-
	<u>393 537</u>	<u>460 646</u>

14 Subsídios doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios doações e legados à exploração”:

	<u>31-Dez-24</u>	<u>31-Dez-23</u>
Diferenças de conversão das demonstrações financeira	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	-	-
Doações	6 487	7 230
Outras	-	-
	<u>6 487</u>	<u>7 230</u>

15 Outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-24</u>		<u>31-Dez-23</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	-	87 070	-	79 420
Outros credores	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	11 608	-	11 019
	<u>-</u>	<u>98 679</u>	<u>-</u>	<u>90 439</u>

16 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Fornecedores conta corrente	24 847	24 201
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u>24 847</u>	<u>24 201</u>

17 Vendas e prestação de serviços

A rubrica "Vendas e prestação de serviços" desdobra-se da seguinte forma:

	31-Dez-24			31-Dez-23		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	890 114	-	890 114	850 925	-	850 925
	<u>890 114</u>	<u>-</u>	<u>890 114</u>	<u>850 925</u>	<u>-</u>	<u>850 925</u>

18 Fornecimentos e serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	133 055	135 499
Materiais	13 599	11 452
Energia e fluidos	67 086	59 007
Deslocações, estadas e transportes	8 543	9 234
Serviços diversos (*)	35 319	32 628
Limpeza, higiene e Conforto	29 626	25 463
Comunicação	2 838	3 281
Seguros	2 035	2 005
	<u>257 601</u>	<u>278 568</u>

19 Outros Gastos com pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	516 615	460 790
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	114 841	102 337
Seguros	6 318	5 363
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	1 076	431
	<u>638 851</u>	<u>568 921</u>

20 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Rendimentos suplementares	2 291	1 389
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 203	1 116
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	1 092	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	8 658	8 050
Outros rendimentos e ganhos	11 019	3 373
	<u>24 263</u>	<u>13 927</u>

21 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Impostos	47	77
Descontos de pronto pagamento concedidos	104	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	5	1
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	415	768
	<u>572</u>	<u>847</u>

22 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	31-Dez-24			31-Dez-23		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	19 883	-	19 883	19 494	-	19 494
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>19 883</u>	<u>-</u>	<u>19 883</u>	<u>19 494</u>	<u>-</u>	<u>19 494</u>

23 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

24 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Praia do Ribatejo, 31 de dezembro de 2024

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

